

Reforma Tributária e Contabilidade: reflexos na gestão, precificação e no capital intelectual das empresas contábeis

IZADORA CORREIA PICHINI GRIMM

Antonio Meneghetti Faculdade

IASMIM INGRID KAPKE

Antonio Meneghetti Faculdade

Resumo

A reforma tributária brasileira, consolidada pela Emenda Constitucional nº 132 de 2023, representa uma das mais significativas transformações no sistema fiscal do país, instituindo um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual. Este estudo analisa os impactos da reforma tributária nos escritórios de contabilidade, especialmente quanto à precificação dos serviços e à gestão do capital intelectual, considerando os desafios e oportunidades trazidos pelas mudanças no sistema tributário brasileiro. O problema central reside em como essas organizações serão impactadas na precificação de seus serviços e na gestão de capital intelectual necessários para a adaptação das novas demandas fiscais. A metodologia adotada combina uma revisão sistemática da literatura, por meio de análise bibliométrica, com a proposição de um estudo de caso simbólico para ilustrar as aplicações práticas. Os resultados da bibliometria, baseada em 123 artigos da base Scopus, revelam uma notável escassez de pesquisas que conectem diretamente a reforma tributária à gestão e operação dos escritórios contábeis. Conclui-se que há uma lacuna significativa no conhecimento produzido, indicando a urgência de estudos que auxiliem os escritórios a navegarem pelo novo ambiente tributário, otimizando seus processos, estratégias de precificação e valorizando seu capital intelectual como diferencial competitivo.

Palavras chave: Reforma Tributária; Escritórios de Contabilidade; Precificação de Serviços; Capital Intelectual; Gestão Contábil.

Introdução

Após décadas de debates, a reforma tributária no Brasil começou a se materializar com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, que visava simplificar o sistema de impostos sobre o consumo. A discussão evoluiu e culminou na promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 132 em 20 de dezembro de 2023, que instituiu um novo modelo de tributação baseado no Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) de base ampla. Este modelo é dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com gestão compartilhada entre estados e municípios. Adicionalmente, foi criado o Imposto Seletivo (IS), com finalidade indutora de comportamentos, para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (Santos & Ponzilacqua, 2025).

Portanto, este estudo busca responder ao questionamento: Diante das mudanças trazidas pela reforma tributária, de que forma os escritórios de contabilidade serão impactados na precificação de seus serviços e na gestão do capital intelectual necessário para adaptação às novas demandas fiscais? O objetivo geral é analisar os impactos da reforma tributária nos escritórios de contabilidade, especialmente quanto à precificação dos serviços e à gestão do

capital intelectual, considerando os desafios e oportunidades trazidos pelas mudanças no sistema tributário brasileiro.

Diante do exposto os objetivos específicos para nortear o estudo são: (a) Mapear, por meio de análise bibliométrica, as principais publicações científicas e tendências sobre reforma tributária e seus reflexos na contabilidade; (b) Compreender as mudanças estruturais introduzidas pela reforma tributária e suas implicações para os escritórios contábeis; (c) Investigar como as alterações na tributação podem afetar a formação de preços e a gestão estratégica dos serviços contábeis; (d) Analisar o papel do capital intelectual na adaptação dos escritórios às novas exigências tributárias; (e) Apresentar um estudo de caso simbólico que ilustre, na prática, os impactos da reforma tributária sobre a operação e a rentabilidade de um escritório de contabilidade.

A reforma tributária representa uma das maiores transformações no sistema fiscal brasileiro nas últimas décadas, trazendo incertezas e novas exigências para os escritórios de contabilidade. Esses profissionais, que desempenham papel fundamental na interpretação e aplicação das normas tributárias, precisarão adaptar seus processos, capacitar suas equipes e revisar suas políticas de precificação. Assim, compreender o impacto dessa reforma na gestão e no capital intelectual dos escritórios é essencial para antecipar desafios e identificar oportunidades de fortalecimento da atuação contábil no novo cenário tributário.

Fundamentação Teórica

O Código Tributário Nacional (CTN), em seus artigos 96 e seguintes, estabelece as normas gerais de direito tributário no Brasil, incluindo a definição e abrangência da legislação tributária (Pohlmann, 2024). A legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Entre os tributos existentes e previstos na constituição, a contabilidade tributária concentra-se nos mais recorrentes para as empresas: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A reforma tributária, conforme estabelecido pela EC nº 132/2023, visa substituir esses tributos pelo modelo IVA dual (IBS e CBS), buscando maior eficiência, transparência e justiça fiscal. Este modelo, já adotado em mais de 170 países, incide sobre o valor agregado em todas as etapas da cadeia de bens e serviços e tem como objetivo eliminar a cumulatividade e a guerra fiscal entre os entes federativos. Conforme pronunciamento do Governo Federal, a reforma foi intitulada com os seguintes objetivos: fazer a economia crescer de modo sustentável, dando fim à cumulatividade de tributos, à guerra fiscal entre entes federativos e reduzindo custos e acabando com ineficiências para as empresas e poder público; tornar o sistema tributário mais justo, reduzindo desigualdade sociais e regionais; e reduzir a complexidade da tributação, assegurando transparência e promovendo maior cidadania fiscal.

O IBS e a CBS são tributos que incidem sobre o valor adicionado em operações com bens e serviços, terão administração separada, mas as regras serão relacionadas, conforme lei complementar única. A administração do IBS será feita pelo Comitê Gestor (CG-IBS), uma entidade pública criada sob regime especial, com sede e foro no Distrito Federal, provida de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira. Enquanto a administração e arrecadação da CBS será pela Receita Federal (RFB), a Lei Complementar 214 prevê a integração das atividades do CG-IBS e RFB. Ademais, haverá a criação do Imposto Seletivo (IS), de competência federal, para desestimular o consumo de produtos prejudiciais para a saúde e ao meio ambiente, com natureza formalmente indutora de comportamentos.

Método

Para responder ao problema de pesquisa, foi delineado um estudo de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivos descritivos. A metodologia se divide em duas frentes complementares: uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), com aplicação de análise bibliométrica, e a proposição de um estudo de caso simbólico. A RSL tem como finalidade mapear a produção científica sobre o tema, identificar lacunas e fundamentar as discussões, enquanto o estudo de caso visa ilustrar, na prática, os impactos da reforma na operação e rentabilidade de um escritório de contabilidade.

A revisão sistemática seguiu o protocolo proposto por Thomé, Scavarda e Scavarda (2016), que orienta a condução de revisões em gestão de operações. Este protocolo foi elaborado com o propósito de conduzir revisões sistemáticas no campo da gestão de operações, auxiliando a garantir transparência, repetibilidade e rigor metodológico. Foi fundamentado no protocolo da Cochrane, amplamente reconhecido e empregado em revisões sistemáticas nas áreas da saúde e das ciências aplicadas. A coleta de dados foi realizada na base Scopus (Elsevier), utilizando a *string* de busca: ("reforma tributária" OR "*tax reform*") AND ("Brasil" OR "*Brazil*"). A análise dos metadados foi processada com o auxílio do software RStudio e do pacote bibliometrix, permitindo a geração de nuvens de palavras, gráficos de coocorrências e análise de citações.

A finalidade desta união de duas abordagens é a conjectura da Revisão Sistemática da Literatura, pois é possível encontrar uma solução para os conflitos de resultados, bem como para a definição das questões importantes que permanecem sem resposta ou que possuam resultados mais confiáveis que embasem as tomadas de decisões práticas. Com a investigação empírica de fenômenos contemporâneos, embora, serão realizadas projeções de cenários futuros, ainda não ocorridos, com base nas normas legais, regulamentos e diretrizes que disciplinam a atividade projetada. O objetivo é antecipar situações possíveis e avaliar seus impactos conforme o ordenamento vigente.

Contribuição e impacto esperado

A principal contribuição deste estudo é a evidenciação de uma significativa lacuna na literatura acadêmica sobre os impactos diretos da reforma tributária na gestão, precificação e capital intelectual dos escritórios de contabilidade no Brasil. A análise bibliométrica de 123 artigos revelou que, embora os termos "Brasil" e "Reforma Tributária" sejam centrais, há uma carência de trabalhos que aprofundem a conexão com a prática contábil. As palavras de maior utilização são Brasil e Reforma Tributária, essas palavras estão relacionadas a outras, como tributação, que remetem subjetivamente à ideia de contabilidade tributária, acrescida de aspectos ligados a custos, distribuição de renda e comércio internacional.

Evidencia-se a falta de palavras que remetam a contabilidade e escritórios contábeis, o que ressalta a escassez de pesquisas científicas que envolvam reforma tributária e a contabilidade em prioridade, visto a importância do papel do contador na implementação da reforma tributária no Brasil, e da sua necessidade de adquirir conhecimento e atualizações sobre o tema. As publicações mais relevantes encontradas abordam temas correlatos, como políticas de saúde (Collins, 2005) e teoria econômica (Heller, 1998), mas não o foco específico desta pesquisa, indicando um campo fértil e necessário para novas investigações.

Na análise dos documentos mais citados globalmente, com 64 citações em artigos, o texto do autor Collins é incontestavelmente o documento mais utilizado por outros autores. *Health Policy*, ou política de saúde, aborda uma explanação sobre processos políticos e orientações práticas sobre como analisar políticas de saúde e relacioná-las aos resultados em saúde. Outro

estudo muito utilizado é o de Richard Kahn, *Economic Journal*, que aborda sobre a economia de curto prazo, com teorias muito reconhecidas no âmbito acadêmico como da competição imperfeita e na teoria do oligopólio. Constata-se que a quantidade superior de citações nesta amostra dos 123 artigos coletados, apresenta publicações de conteúdos mais antigos para servir de base teórica, com artigos variando de datas de 1998 a 2021, o que ilustra uma carência em publicações mais recentes para servir como embasamento teórico de novos estudos.

Teoricamente, o trabalho contribui ao iniciar o preenchimento da lacuna identificada, servindo como ponto de partida para futuras pesquisas que explorem as múltiplas facetas da adaptação do setor contábil ao novo cenário fiscal brasileiro, fortalecendo a ponte entre a academia e o mercado. A urgência de estudos que auxiliem os escritórios a navegar pelo novo ambiente tributário, otimizando seus processos, estratégias de precificação e valorizando seu capital intelectual como diferencial competitivo, justifica a relevância desta investigação.

Principais referências.

Brocke, J. V., & Rosemann, M. (2013). *Manual de BPM: Gestão de processos de negócio*. São Paulo: Bookman.

Bruni, A. L., & Famá, R. (2019). *Série Finanças na Prática: Gestão de Custos e Formação de Preço* (7ª ed.). Grupo GEN.

Collins, T. (2005). Health policy analysis: A simple tool for policy makers. *Public Health*, 119(3), 192–196. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2004.03.006>.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (7ª ed.). Atlas.

Heller, C. (1998). A economia de curto prazo de Richard Kahn e os primórdios da teoria do oligopólio: uma contribuição à história do pensamento econômico contemporâneo. *Revista de Economia Política*, 18(2), 260–277. <https://doi.org/10.1590/0101-31571998-1300>

Pohlmann, M. C. (2024). *Contabilidade Tributária* (2ª ed.). Atlas.

Santos, F. F. P. V., & Ponzilacqua, M. H. P. (2025). O imposto seletivo: a dimensão arrecadatória de um imposto (pretensamente) indutor. *Revista da AGU*, 24(3), 70-87.

Siddaway, A. P., Wood, A. M., & Hedges, L. V. (2019). How to Do a Systematic Review: A Best Practice Guide for Conducting and Reporting Narrative Reviews, Meta-Analyses, and Meta-Syntheses. *Annual Review of Psychology*, 70(1), 747–770. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>

Thomé, A. M. T., Scavarda, L. F., & Scavarda, A. J. (2016). Conducting systematic literature review in operations management. *Production Planning & Control*, 27(5), 408–420. <https://doi.org/10.1080/09537287.2015.1129464>